

JORNAL DO BRASIL

Reitores têm sete propostas para enviar à Constituinte

6 FEV 1987

Fortaleza — A 44ª Reunião Plenária do Crub (Conselho de Reitores de Universidades Brasileiras) encerrou-se ontem nesta capital com a divulgação de sete propostas que serão encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte. Os reitores sugerem que a futura Constituição deva fixar “apenas princípios gerais em torno da questão do ensino em todos os seus níveis”.

Na sessão de encerramento da reunião, os 68 reitores presentes — dos 84 que integram o conselho — elegeram o novo presidente do Crub, Rodolfo Pinto da Luz, da Universidade Federal de Santa Catarina, que substituirá seu conterrâneo Lauro Zimmer, reitor da universidade estadual catarinense. Os 16 reitores das fundações universitárias retiraram-se do plenário na hora da votação, protestando contra a eleição de mais um reitor de autarquia universitária.

As sete propostas que o Crub encaminhará à Constituinte são as seguintes: obrigatoriedade do ensino de no mínimo oito anos, no 1º Grau, garantido pelo Estado e por ele oferecido; obrigatoriedade de o Estado oferecer e manter ensino gratuito de 2º e 3º Graus, sem exclusividade; manutenção do direito da livre iniciativa atuar em qualquer grau do ensino, dentro das limitações impostas pela lei; neces-

sidade de figurar em capítulo próprio a responsabilidade do Estado na organização e controle das atividades ligadas à Ciência e à tecnologia, visando sua utilização em benefício da sociedade; garantia de autonomia universitária; manutenção da vinculação de 13% da receita orçamentária da União e de 25% das receitas estaduais e municipais para a educação; e necessidade de o Estado garantir o pleno desenvolvimento das atividades culturais.

Os reitores concluíram que “questões importantes como a autonomia da universidade, a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, o acesso ao ensino superior, o provimento de cargos na carreira do magistério não devem figurar na Constituição, mas serem objeto de leis ordinárias”.

Um comunicado distribuído pela assessoria de imprensa do Crub, ao fim da reunião, afirma que “será relevante que a Constituição fixe, no seu preâmbulo, o compromisso com a mudança social e a modificação da sociedade, de modo a proporcionar a base constitucional necessária para a fixação de uma política progressista para o ensino e para as aplicações e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia”.